

PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR E PRIMEIRA ESCOLA DE FORMAÇÃO SUPERIOR DE PROFESSORES EM PRESIDENTE PRUDENTE

First school group and first school of higher education teachers in Presidente Prudente

Arilda Ines Miranda Ribeiro¹
Eunice Ladeia Guimarães Amaro²
Jorge Luís Mazzeo Mariano³

RESUMO

O presente artigo objetiva discutir o processo de implantação de duas instituições de ensino em Presidente Prudente/SP: o primeiro grupo escolar e a primeira faculdade. Baseado em documentação primária (imprensa, imagens e entrevistas), os resultados auxiliam na compreensão dos obstáculos e desafios para a construção e expansão do ensino na região. Criado em 1925, o primeiro grupo escolar do município passou por uma longa trajetória de treze anos, envolvendo diversos setores da sociedade, para que pudesse ter erigido um prédio que ao que o Estado preconizava. Também por ocasião da primeira iniciativa no ensino superior do município, a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, inaugurada em 1959, ocorreu um intenso movimento em prol da construção de um prédio que atendesse à busca por formação docente. Em ambos os casos, é notável o empenho da população a fim de que a crescente demanda por educação escolarizada fosse atendida pelo governo estadual.

Palavras-chave: História da Educação; Grupos Escolares; Faculdades; Presidente Prudente

ABSTRACT

This article aims to discuss the process of deploying two schools in Presidente Prudente/SP: the first school group and the first college. Based on primary documentation (press, pictures and interviews), the results help to understand the obstacles and challenges for the construction and expansion of education in the region. Created in 1925, the first school group of the city went through a long history of thirteen years, involving various sectors of society, so you could have erected a building to the state advocated. Also in the case of the first initiative superior schools in the municipality, the Faculty of Philosophy, Science and Letters, inaugurated in 1959, was a strong movement for the construction of a building that meets the search for teacher training. In both cases, it is remarkable commitment of the population to the growing demand for school education were upheld by the state government.

Keywords: History of Education; School Groups; Colleges; Presidente Prudente

¹ Doutorado em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Titular em História da Educação da Universidade Estadual Paulista/Campus de Presidente Prudente e Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Educação, Cultura, Memória e Arte. E-mail: arilda@fct.unesp.br

² Doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista/Campus de Presidente Prudente. Professora na Universidade do Oeste Paulista Presidente Prudente. E-mail: euniceladeia@yahoo.com.br

³ Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Doutorando em Educação pela Universidade Estadual Paulista/Campus de Presidente Prudente e membro do Grupo de Pesquisa em Educação, Cultura, Memória e Arte. E-mail: jorgemariano86@yahoo.com.br

Este artigo escrito a três mãos, resultados de um mestrado na UFSCar e um doutorado na UNESP-Marília⁴, tem como objetivo tecer versões históricas aliadas a considerações e reflexões referentes à importância de se conhecer a gênese da história regional da educação básica e superior do oeste paulista, no município de Presidente Prudente, interior do Estado de São Paulo. Como já afirmávamos em anos e estudos anteriores:

Reconstruir a história da origem dos estabelecimentos de ensino, analisar a formação do corpo docente, as disciplinas ministradas, os primeiros professores, etc. é uma forma de preservar a memória educativa, aliado ao desejo de melhorar o que temos atualmente. (RIBEIRO, 1999, p.12).

A história da criação desses níveis de ensino em terras prudentinas muito se aproxima de outras localidades no Brasil, mantendo, no entanto, especificidades regionais. Se identifica com os mesmos obstáculos visibilizados pela imprensa, em histórias de lutas da comunidade em detrimento da falta de vontade da política, na ausência inicial de estrutura física, gestora e pedagógica. Configura-se também pela morosidade da materialização de sede própria, no processo de criação e instalação seja de um grupo escolar representando o ensino básico na década de 20, seja de uma faculdade na década de 50. Nas duas dimensões de ensino observa-se a falta de ações planejadas em um projeto educacional e a longo prazo de escolarização da população.

Nesse sentido, a memória não é apenas um depósito passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. (PORTELLI, 1997). Nossas significações se dividem em dois momentos: no primeiro elaboramos uma visão panorâmica da edificação do município de Presidente Prudente e a criação das Escolas reunidas e do grupo escolar e no segundo momento, a criação da Faculdade de Filosofia que se tornaria mais tarde na Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP.

1. Grupo Escolar Adolpho Arruda Mello: primeira escola de alfabetização de Presidente Prudente

Presidente Prudente foi fundada em 1917 como fruto de uma nova forma de exploração das terras paulistas: a especulação imobiliária. As terras localizadas no extremo sudoeste paulista, entre o Rio do Peixe e o Rio Paranapanema, foram negociadas pelos coronéis Francisco de Paula Goulart⁵ e José Soares Marcondes⁶, que, apesar das posturas

⁴ Os referidos trabalhos são a dissertação de Mestrado em Educação intitulada “A implantação da escola primária graduada em Presidente Prudente-SP: as contribuições das professoras primárias (1925-1938)”, defendida no ano de 2011, por Jorge Luís Mazzeo Mariano, na Universidade Federal de São Carlos; e a tese de Doutorado em Educação intitulada “O Instituto Isolado de Ensino Superior de Presidente Prudente - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (1959-1976): uma instituição além das fronteiras”, defendida no ano de 2005, por Eunice Ladeira Guimarães Lima sob orientação de Arilda Ines Miranda Ribeiro.

⁵ “Francisco de Paula Goulart, filho de Manoel Pereira Goulart e Militânia Cândida Marques, nasceu em 5 de fevereiro de 1879, no distrito de São Joaquim da Serra Negra, atualmente Alterosa-MG. Acompanhando seus pais, em 1880, mudou-se para Campos Novos do Paranapanema. Participou de lutas políticas junto com o pai contra os poderosos de Campos Novos do Paranapanema, em razão de Manoel Pereira Goulart manter-se monarquista. Morreu com 89 anos, em São Paulo, em 26 de fevereiro de 1968.” (ABREU, 1972, p. 45).

⁶ “José Soares Marcondes nasceu em Barra Mansa-RJ, em 13 de fevereiro de 1880. Em 1919, iniciou os empreendimentos de colonização em Presidente Prudente. Fundador da Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio que faliria em 1927, era otimista, empreendedor e entusiasta, nada o abalava. Diante de um fracasso, partia

distintas, promoveram a formação do povoado que daria origem ao município.

A família de Francisco de Paula Goulart possuía terras na região desde 1890, e, com a morte do patriarca da família, Manoel Pereira Goulart, em 1909, o espólio da fazenda Pirapó-Santo Anastácio (com aproximadamente de 90 mil alqueires) foi dividido entre os herdeiros. Francisco de Paula Goulart comprou a maior parte das terras de seus irmãos onde, inicialmente, dedicar-se-ia à lavoura de café e de milho, entretanto, tendo ciência de que a Estrada de Ferro Sorocabana inauguraria uma estação próxima às suas terras, resolveu loteá-las, dando início a um núcleo urbano, com a fundação da Vila Goulart. (MARIANO, 2013).

Após a inauguração da estação ferroviária, em 1919, chega à região José Soares Marcondes. O Coronel Marcondes estabeleceu-se, inicialmente, como agente de negócios, mas, logo em 1920, com a prosperidade nas vendas, adquiriu 4.700 alqueires, tornando-se fazendeiro e vendedor de terras, com a fundação da Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio, com sede em São Paulo. Desse modo, a fim de amparar a venda de suas terras, Marcondes também inaugura um núcleo urbano, a Vila Marcondes.

Com o início da especulação das terras na região, completa-se o processo pioneiro da formação de Presidente Prudente.

É dentro deste contexto da marcha do café pelos espigões do extremo-oeste de São Paulo, tendo como amparo a Estrada de Ferro Sorocabana, que se coloca o aparecimento de Presidente Prudente. A busca de solos virgens para o café, a especulação com terras e a colonização pelo loteamento de grandes glebas resumem as características do povoamento da Alta Sorocabana. Os núcleos urbanos surgiram como postos de apoio para a exploração econômica da região. A cidade de Presidente Prudente nasceu da reunião de dois núcleos urbanos criados para ampararem as vendas de terras feitas pelo Coronel Francisco de Paula Goulart e Coronel José Soares Marcondes, que foram os responsáveis por sua fundação e sistemática colonização, respectivamente. Era preciso um centro de ligação entre o sertão e o mundo povoado que ficava à retaguarda, um local de estabelecimento de gêneros e instrumental para o trabalho, onde se encontrasse escola, farmácia, médico e hospital. Esses elementos seriam atrativos para a fixação de compradores de terras. Eis o fundamento básico para o aparecimento da Vila Goulart e da Vila Marcondes, povoados que o município criado englobou na cidade de Presidente Prudente. (ABREU, 1972, p.42-47).

Tendo sido criado oficialmente o município de Presidente Prudente, em 28 de novembro de 1921, os dois coronéis iniciaram as disputas políticas pelo poder. Como a luta por cargos políticos envolvia o paternalismo típico dos coronéis, havia, nos primórdios da cidade, uma corrida para provê-la com os serviços necessários para atender à demanda de quem se instalava naquela região do estado de São Paulo. Assim, “[...] encontramos o próprio Cel. Goulart fazendo o recenseamento da população em idade escolar – 180 crianças – para impressionar e pressionar as autoridades da época.” (GRUPO ESCOLAR, 1975, p. 7).

novamente para a luta. Deposto da liderança política pela Revolução de 1930, acometido por um derrame em 1931, ainda encontrou energia para montar, com amigos, uma sociedade para explorar máquinas de benefício de café e cereais. Morre pobre, em 1936, em São Paulo.” (ABREU, 1972, p. 47).

Com o fluxo migratório para o extremo oeste paulista, a população crescia e a educação das crianças passou a ser um motivo de preocupação. O recenseamento oficial de 1920 apontava que em Presidente Prudente “[...] os habitantes da zona urbana atingiam o número de 846 e o recenseamento escolar acusava 251 crianças de 5 a 12 anos de idade.” (ABREU, 1972, p. 81). Tendo em vista esse dado, o próprio Coronel Goulart foi o responsável pela fundação da primeira escola reunida da cidade⁷, em 1921.

São as “ESCOLAS REUNIDAS”, sob a direção do Professor Walfredo Arantes Caldas. Representam a dura conquista da cidade que marcava o seu 4º aniversário. Alí está a valente professora, pioneira do ensino em terras prudentinas. Seu nome? ANA ROSA PINHEIRO. Quantos alunos ela vê? 41. Que dia é? 14 de setembro de 1921. (GRUPO ESCOLAR, 1975, p. 7).

A partir da instalação das escolas reunidas, a procura pelos serviços escolares aumentou progressivamente. De acordo com Mariano (2013), em 1922, as escolas reunidas contavam com a matrícula de 203 crianças, aumentando para 243 no ano seguinte e oscilando para 194, em 1924. Em 1925, as escolas reunidas receberam matrículas de 474 crianças, fator que era um dos requisitos para se mudar de categoria e se tornar grupo escolar⁸.

Ademais, a conjuntura política favorecia essa alteração no *status* das escolas reunidas, uma vez que, em 1925, Sampaio Dória deixa o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, fazendo os grupos escolares voltarem a ser incumbência do estado⁹. Presidente Prudente se beneficia dessa nova orientação na política educacional, e “por decreto de 22 de janeiro de 1925 essas escolas foram transformadas em grupo escolar e dessa data em diante a matrícula foi crescendo [...]” (FOLHA DA SOROCABANA, 03/05/1931).

Esse aumento no público atendido pelas escolas reunidas, no entanto, que as fez serem convertidas em grupo escolar, não cessou, e o que parecia ser a solução era apenas o início de um período de luta. Isso porque o 1º Grupo Escolar de Presidente Prudente havia sido criado apenas em forma de lei, sem que fosse dotado com a edificação necessária, o que era símbolo dessa modalidade de escola¹⁰.

⁷ O Coronel Goulart relata que: “Tal foi o aumento da população, que já cogitei das escolas, digo, da criação de escola para as crianças. Eu executando o recenseamento, consegui o número de cento e oitenta, número que apresentei ao professor Hulman, Diretor Geral do Ensino do Estado, que não só foram criadas as Escolas, como imediatamente reunidas em quatro classes, em sendo: duas masculinas e duas femininas.

⁸ Ela fôra nomeado Diretor, o professor Walfredo Arantes Caldas. Para tal objetivo muito me auxiliou o então professor Victor Romano, Inspetor Escolar Estadual com sede em Assis, havendo me fornecido até uma cópia do mapa da circunscrição que compreendia aquela região, o qual apresentei também ao já referido Diretor Geral do Estado, o então Professor Hulman, completando assim o meu objetivo.” (GOULART, 1967, p. 26).

⁹ “Pelo regulamento de 1921 (Decreto nº 3.356, de 31.05.1921) as escolas reunidas poderiam ser instaladas onde quer que houvesse 160 alunos num raio de dois quilômetros e os grupos, onde houvesse 400 alunos a serem matriculados.” (SOUZA, 2006, p. 118).

¹⁰ “Com a derrogação da Reforma de 1925, a antiga estruturação do ensino foi restabelecida: quatro anos de duração nos grupos escolares e três anos nas escolas isoladas e reunidas. O grupo escolar voltou a ser priorizado nas políticas de expansão de vagas adotadas a partir de então. A mudança de orientação foi notável. Inúmeras escolas reunidas foram convertidas em grupos escolares e muitas desmembradas em escolas isoladas.” (SOUZA, 2006, p. 96).

¹¹ Como denota Boto (2005), os grupos escolares representavam a grandiosidade da República e, portanto: “Organizar essa escola seriada, estrutura-la como uma rede de educação pública, pensar a sua funcionalidade para o Estado-Nação a ser construído era quase um prospecto de uma geração daqueles nossos primeiros anos republicanos, vivendo em

Em 1925, seriam diversos os clamores da população para que o grupo escolar tivesse um prédio adequado para a finalidade à qual se destinava, tal como o próprio estado preconizava. De acordo com Souza (2006, p. 109), “à ausência de vagas somava-se o problema persistente das edificações escolares” no Estado de São Paulo. E dessa maneira, a precariedade do prédio que abrigava a escola primária graduada incomodava notadamente quem atuava no local, como era o caso da professora Maria Luiza Formozinho Ribeiro.

Em 1926, a referida professora juntamente com outras senhoras, envia uma carta ao senador Alfredo Ellis e ao deputado Antonio Augusto Covello, expondo pormenorizadamente as condições do prédio em que trabalhava:

O recreio é num pateo descoberto e como o calor nesta cidade é muitas vezes excessivo, as crianças ficam soffrendo e incontestavelmente lhes prejudica a saúde. Não existem arvores, não existe ao menos um commodo em aberto e com telhado para que as crianças se abriguem nas ocasiões das chuvas e calor intenso. A água de que servem os alumnos é de poço, existindo proximo uma fossa e que constitue um serio perigo para a saúde dos que se servem da referida água, que não é filtrada, pois não existem filtros em semelhante estabelecimento. Num compartimento ligado ao referido predio, isto é, separado do mesmo, apenas por um tabique de madeira, existe uma sapataria, e o ruido produzido pelos operarios da mesma atrapalha o bom funcionamento dos trabalhos escolares.

Nas janellas das salas não se encontram venesianas e a casa sendo de madeira como é, apresenta ainda o inconveniente de ser muito quente no verão, muito fria no inverno e de ficar em grande parte alagada e as escuras quando chove. (A VOZ DO POVO, 23/12/1926).

No ano seguinte, a cidade completava o seu décimo ano de fundação e seu desenvolvimento era notável. O jornal *A Voz do Povo* noticiava que, em 1927, Presidente Prudente já possuía 1500 residências e aproximadamente 7500 habitantes, o que permitia projetar que “[...] dentro de 5annos, com a mesma medida de crescimento annual de hoje, Presidente Prudente ostentará uma população superior a 15.000 almas.” (A VOZ DO POVO, 29/01/1927).

Com todo esse crescimento da população, alguns setores da sociedade demonstravam, cada vez mais, a sua insatisfação em relação à desatenção do governo estadual com a educação no município. Tendo o jornal como principal veículo, era comum encontrar artigos em que se cobrava do governo estadual a construção de um prédio para o grupo escolar, exigência que não era extraordinária, pois, de acordo com alguns articulistas, Presidente Prudente era uma das cidades que mais contribuía para o fisco estadual.

A nossa cidade contando no mínimo com uma população de 5000 almas no perímetro urbano, precisará ao menos de acomodação para 1000 crianças em idade escolar, ou sejam 20% da sua população. E de que modo temos suprido até aqui esta

República. Organizar a arquitetura da escola como se de um templo de República se tratasse vinha ao encontro de toda uma simbologia nacional necessária para a tessitura do imaginário a ser inaugurado por aquela república em construção. Tratava-se, pois, de engendrar protocolos de sentidos e convenções de significados. Quanto ao espaço, temos a classe com colunas e fileiras, quanto ao tempo, temos os horários e a grade que os coordena. Demarca-se um lugar social que possui, sim, uma linguagem própria – isso que nós chamamos de escola.” (BOTO, 2005, p. 64).

exigência imperiosa?

O actualpredio do Grupo Escolar não passa de um antihigienico barracão construído de taboas, sem o menor conforto, e sem a capacidade de comportar nem a metade da nossa população escolar.

Com a construcção dum novo predio para o Grupo Escolar não nos fará o governo nenhum favor, pois, como é sabido, Presidente Prudente é uma das cidades do Estado que maior contribuição fornece ao fisco.

Oxalá a verba destinada ao nosso Grupo Escolar não fique apenas em promessa, nem como palliativo as nossas justas reivindicações. (A VOZ DO POVO, 08/01/1928).

Tal era a importância de Presidente Prudente, que em 1929, Júlio Prestes, então presidente do estado de São Paulo, visitou o município. Com a presença dessa relevante figura política na região da Alta Sorocabana, as lideranças locais do Partido Republicano Paulista (PRP) se organizaram para receber aquele que deveria ser o próximo presidente da República e aproveitar para expor as demandas locais, inclusive a necessidade de se erigir um prédio para o grupo escolar¹¹.

Júlio Prestes, no entanto, nada pôde fazer, tendo em vista que no ano seguinte Getúlio Vargas liderou o Golpe que pôs fim à política do *café-com-leite* (mineiros e paulistas). A partir de 1931, Vargas utiliza o potencial da educação para reforçar o nacionalismo e o patriotismo, introduzindo, nas escolas, práticas como o culto à bandeira e a obrigação de se cantar o hino nacional.

Em Presidente Prudente, as principais alterações que se observam são aquelas concernentes ao currículo que passou a ser atravessado pelo civismo, sem que, no entanto, fosse verificada qualquer modificação na questão da edificação do grupo escolar. “Algumas medidas foram tomadas, após 1930, sem aparente motivação política, como a instalação do 2º Grupo Escolar, intentando dar solução ao problema de falta de vagas, e a mudança de prédio do 1º Grupo Escolar.” (MARIANO, 2013, p. 100).

Como o prédio que abrigava o 1º Grupo Escolar de Presidente Prudente era alugado de um proprietário particular, a edificação não era adequada. Tendo sido construída para servir como residência, a casa não havia sido projetada com as preocupações higiênicas que uma construção escolar exigia na época. Uma descrição das características do prédio pode ser encontrada no Relatório de Inspeção Sanitária elaborado em 1935:

[...] todo de madeira, com cinco salas de aula, directoria e portaria e um corredor estreitissimo. As salas são acanhadas e muito baixas, portanto impróprias para tal fim, mórmente em clima causticante, como é o desta zona. Nellefuncionam dez classes e sua lotação é para 150 alumnos em cada periodo, portanto de 300 para os dois periodos. Esse predio é de propriedade do Snr. Henrique Maycowsky e está alugado ao Estado, sem contrato, a 500\$ quinhentos mil réis mensais. (RELATÓRIO..., 1935).

¹¹ O jornal *A Voz do Povo*, forte opositor da política perrepeista, via com desconfiança a presença de Júlio Prestes na cidade, bem como as promessas por ele realizadas: “E dessa visita resultou, no dizer dos que privaram com o sr. Presidente nas poucas horas em que aqui esteve, que não só será construído um prédio para o Grupo Escolar, como será augmentado o numero de escolas. [...] Agora, porem, annuncia-se que o officialismo local diz que não será construído um edificio, mas dois, porque dois serão os Grupos Escolares nesta cidade, devendo ser criado outro. [...] O povo, essa eterna creança, é porem como as creanças muito desconfiadas quando se promettem demais... E dahi já dizer-se: essa historia de dois Grupos Escolares não é GARGANTA dos que prommettem, sem intenções de cumprir?” (A VOZ DO POVO, 05/05/1929).

Foi também em 1935 que, em razão do aumento progressivo da demanda por educação escolarizada, um terceiro grupo escolar passou a funcionar na cidade. Apesar de contar com um prédio de alvenaria, esse também não havia sido construído para a finalidade educativa, tendo, assim como os demais grupos escolares locais, que se adaptar ao espaço arrendado pela municipalidade: “O predio pertence ao Snr. Pedro de Toledo e está alugado a 450\$000 mensaes, pagos pela Prefeitura.” (RELATÓRIO..., 1935).

Enquanto isso, o 1º Grupo Escolar de Presidente Prudente permanecia funcionando em lugares improvisados e provisórios, tendo que atender a uma crescente demanda por educação escolar primária. A insatisfação da população em relação a essa situação era clara, como foi exibido nos artigos publicados no principal jornal da cidade. Uma hipótese para essa desatenção do governo estadual para com a educação na região era a de que a cidade tinha sido fundada há pouco tempo e, principalmente, por estar muito distante da cidade de São Paulo¹².

Depois de uma década de improviso diante da falta de verbas para sanar o problema das instalações para o grupo escolar, os próprios inspetores reconheciam os problemas que a falta de estrutura acarretava:

São velhos pardieiros de madeiro, alugados por preços elevados e que em absoluto não obedecem às exigenciashygenicaspedagogicas.

Dentre elles os de Regente Feijó e Presidente Bernardes 1º e 2º Grupos de Presidente Prudente, são os que se encontram em peor condição; acanhados, construídos de madeira toscamente aparelhada, são verdadeiros supplicios aos escolares que alli permanecem grande parte do dia. (SÃO PAULO, 1936/37, p. 139).

Foi somente em 1933 que, finalmente, o governo estadual abriu um edital¹³ para a construção do 1º Grupo Escolar de Presidente Prudente. Em 1935 as obras tiveram início, mas, logo no ano seguinte, as obras paralisaram, em razão de um problema com o repasse das verbas pelo estado. Tendo em vista a situação, o Coronel Miguel Brisola de Oliveira, prefeito municipal na ocasião, foi a São Paulo tentar resolver a situação, mas recebeu a notícia de que os cofres públicos estavam vazios. Diante da necessidade de se continuar a obra, a prefeitura firmou uma parceria com governo estadual prevendo que o término da construção ficaria a cargo da municipalidade, a qual seria ressarcida posteriormente pelo estado.

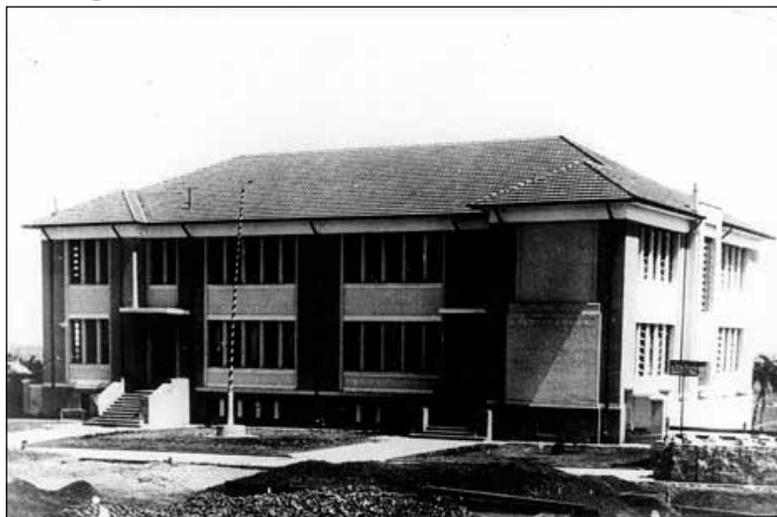
Após ser firmado o acordo, as obras continuaram até 1938. Cabe ressaltar que nesse período, além do 1º Grupo Escolar, os outros dois grupos continuavam funcionando em prédios alugados, onerando ainda mais os cofres estaduais. Essa situação teve seu desfecho em maio daquele ano, quando a tão aguardada edificação foi enfim inaugurada:

¹² Segundo o Relatório de Inspeção Sanitária de 1935: “A Zona de Presidente Prudente lucha, pois, com a falta de professores, em virtude de ser apontada como pestiva, entretanto, o seu grande inconveniente é estar distante da Capital do Estado” (RELATÓRIO..., 1935).

¹³ “O Diario Official de 28 de novembro inceriu a publicação do edital de concurrencia para a construção do predio destinado ao Grupo Escolar d’esta cidade. Os interessados são convidados a apresentar suas propostas na Delegacia Regional do ensino desta cidade até o dia 26 do corrente mez. O prédio deverá ter os seguintes commodos: 12 salas de aula de 7X5, sala para directoria, portaria, archivo, gabinete dentario e bibliotheca, 11 privadas, bomba para o poço de água, reservatório para 2000 litros e pateo de recreio com galpão de abrigo.” (FOLHA DA SOROCABANA, 03/12/1933).

Por um decreto de fevereiro de 1938, foram extintos os 2º e 3º Grupos Escolares e transferidas as suas classes para o 1º Grupo Escolar, com vigência a partir de 1º de março de 1938. As classes continuaram a funcionar nos prédios antigos até que em maio de 1938, foi inaugurado o prédio próprio do Grupo Escolar de Presidente Prudente. (ABREU, 1972, p. 184).

Figura 1: Prédio do 1º Grupo Escolar recém-inaugurado (1938) – Fonte: Arquivo Municipal



Com essas informações sobre o contexto de criação e instalação do 1º Grupo Escolar de Presidente Prudente, é possível notar que essa construção extrapolou o seu sentido prático imediato, adquirindo um significado especial para a cidade. Isso porque, além de encarnar todos os atributos materiais e simbólicos que essa modalidade de escola representava na época, o 1º Grupo Escolar de Presidente Prudente foi resultado de uma luta travada por diversos setores da sociedade, que, apesar de possuírem objetivos distintos, ao final de treze anos alcançaram êxito.

Assim, o 1º Grupo Escolar de Presidente Prudente foi erigido na região central da cidade, em um terreno doado pelo próprio Coronel Goulart. O prédio do grupo, assim como ocorria em várias cidades paulistas, ocupava lugar de destaque no município figurando entre as principais edificações que se encontravam nas imediações da praça Nove de Julho, como as do Paço Municipal e do Fórum. O que denotava a importância que essa instituição possuía.

Anos mais tarde, o grupo escolar receberia o nome¹⁴ com o qual ficou conhecido por várias gerações que ali estudaram e trabalharam: Grupo Escolar Adolpho Arruda Mello. O professor Adolpho Arruda Mello, havia estado à frente da direção do 2º Grupo Escolar sendo, posteriormente, inspetor do 1º Grupo, e “[...] tendo falecido na véspera do natal de 1949. No ano seguinte, por esforço pessoal da Maçonaria, recebeu homenagem póstuma, tornando-se o nome de um grande estabelecimento de ensino.” (GRUPO ESCOLAR, 1975, p. 25).

¹⁴ “O 1º Grupo Escolar de Presidente Prudente teve o seu nome mudado pelo decreto nº 19.540, de 5 de Julho de 1950, época em que era governador, o Dr. Adhemar de Barros e chefe da Casa Civil, o Sr. Felício Tarabay.” (GRUPO ESCOLAR, 1975, p. 25).

2. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1959-1976): primeira escola superior de formação de professores de Presidente Prudente

A história do ensino superior de Presidente Prudente é também importante capítulo da história da educação básica do município, pois sua primeira instituição de ensino superior, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-PP), ofereceu todas as vagas em sua existência (1959-1976) para curso de formação de professores para a educação básica.

Ao examinarmos a história da educação no Brasil, veremos que as políticas públicas, por muito tempo, conduziram a uma exclusão escolar e quando se trata de ensino superior, as pressões pela não expansão (CUNHA, 1980) foram mais fortes ainda, e isso é sentido na história da FFCL-PP, uma história em que todas essas forças e conflitos nacionais se configuraram.

A Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, iria se manifestar, na década de 1950, contrária à criação de estabelecimentos públicos de ensino superior em cidades do interior do estado, para dar andamento ao projeto de expansão do ensino secundário, que exigia professores com formação superior. A alegação era que, em escolas isoladas, a qualidade não seria mantida. Poucos, entre eles, Florestan Fernandes, entendiam a expansão como “[...] necessidade reclamada pela população que precisava ser atendida [...]” (ABREU, 1989, p. 90). Raimundo Faoro (1958) denunciou que a perpetuação desse modelo foi se adaptando eficaz e perversamente, dificultando a mobilidade das massas. Isso se configurava na posição da intelectualidade ao dificultar a ascensão intelectual e quiçá social de contingentes de interioranos.

Em outras palavras, defendiam que o acesso ao ensino superior continuasse sendo para poucos, já que a USP não possuía vagas suficientes para a demanda existente em todo o estado, e a maioria dos jovens do interior paulista que concluía o segundo ciclo secundário não tinha possibilidades de se deslocar para São Paulo, ou outro centro universitário, a fim de prosseguir estudos.

Assim era, então, Presidente Prudente: o ensino secundário sendo criado, uma demanda para se criarem muito mais vagas, porém não havia, entre outros fatores, professores com formação, pois a faculdade mais próxima era o Sagrado Coração em Bauru, instituição privada para onde iam os poucos cujas famílias podiam mantê-los longe de casa. (SILVA JR., 2003).¹⁵

Presidente Prudente era, já na década de 1930, o polo pioneiro de desenvolvimento da Região Alta Sorocabana e também da vizinha Nova Alta Paulista (de Parapuã a Panorama, seguindo o espigão entre os rios do Peixe e Aguapeí). Já era, também, caminho para integração entre os estados vizinhos — Paraná e Mato Grosso. Com cerca de 60 mil habitantes, o município já se concretizava como um centro regional de ensino oficial e capital da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo. (ABREU, 1972). Pairava sobre todos o desejo de progredir, enfim, sendo necessários alguns ícones, para a inserção do Brasil no modelo que se esboçava. A faculdade era um deles. (CORRÊA, 1998).

¹⁵ Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Marília, 03/01/2003.

Há registros do movimento para a criação de uma faculdade desde 1956 nos jornais locais *Correio da Sorocabana*, *A Voz do Povo* e *O Imparcial*. Foram muitas reuniões, muitas discussões, muitos querendo ser os “pais” da faculdade, muitos querendo tirar proveito eleitoral, foram muitas solicitações a deputados.

Foi nesse já importante centro regional que se inaugurou, em 03 de maio 1959, a FFCL-PP, onde grande parte da população, ainda sem acesso ao primário, na década de 1950, não conseguia pleitear nem mesmo o ginásio. Com a expansão do ginásio, do propedêutico (colegial) e da escola normal, os que iriam sentir a falta do ensino superior eram justamente os egressos desse nível de ensino, que desejavam ingressar na carreira docente secundária, que se havia tornado um grande mercado de trabalho, e especialmente as escolas normais, onde iriam ministrar as disciplinas da formação específica para o que era necessária a licenciatura em Pedagogia.

A expansão da demanda para ingresso ao grupo escolar em Presidente Prudente, na década de 1950, em decorrência do crescimento populacional e da busca da escola por aqueles que a ela não tiveram acesso na idade adequada, provocou uma situação que era denunciada pelo *Correio da Sorocabana*. As matrículas eram aceitas, mas não havia espaço físico para acomodação das turmas, porque os investimentos em ensino elementar eram os mesmos de 15 anos atrás, o que havia levado ao desdobramento de horários de funcionamento das escolas. A escola, já denominada Adolpho Arruda Mello, mas ainda mencionado nos jornais como 1º Grupo Escolar, havia passado de dois turnos de cinco horas de aulas diárias, para cinco turnos de duas horas e meia, e com classes superlotadas. Dessa forma, o egresso do grupo escolar dificilmente teria oportunidade de acesso ao ginásio, conforme denunciou o jornal: “Do exposto subentende-se logo que o ensino primário em Prudente não existe na prática, uma vez que não é possível alfabetizar um menino e aparelhá-lo para o ginásio dentro de quatro anos se a aula ministrada ao mesmo fica reduzida a pouco mais de uma e meia hora.” (4/8/1957, p. 1). Conforme Abreu (1972), muitos tinham que recorrer a instituições privadas para alfabetizar seus filhos.

Para as cidades do interior paulista vinham, todos os anos, professores da capital. O professor Adolpho Arruda Mello, que daria o nome ao 1º Grupo escolar, por exemplo, havia se formado em Laranjal Paulista, a 154 km da capital. Muitos desses professores, após se efetivarem, pleiteavam remoção para a capital ou para cidades mais próximas, ou ainda, suas cidades de origem. Assim, a frequente mudança de professores era um problema que comprometia a qualidade do ensino. Os jornais anunciavam que esse problema seria sanado com a instalação de uma faculdade na cidade, pois haveria oportunidade de professores da terra ali se formarem e ali se fixarem. (LIMA; RIBEIRO, 2013).

Em 01/09/1956, na página 3 de *O Imparcial*, por exemplo, na *Coluna do Ensino*, de Helena Lustri Peixoto, com título *Entrevistado o prof. David Serra congressista no 1º Congresso estadual de educação em Ribeirão Preto*, é publicada uma entrevista em que o professor fala das mudanças que foram propostas no congresso, e menciona a falta de professores para as escolas normais, o que o curso de Pedagogia, que se instalaria em 1959, iria suprir.

Para corrigir as deficiências do atual professor primário, que sai de uma escola normal tudo menos professor, foi aprovada uma emenda...: “O professor de Prática das

escolas normais será escolhido por concurso de provas e títulos entre os licenciados em Pedagogia por Faculdade de Filosofia, devendo, entretanto, além disso, haver exercido o magistério efetivamente durante três anos, no mínimo.” (02/09, p. 10).

Também pelo *O imparcial*, 31/01/1956, página 3, em *Carta Aberta ao Sr Prefeito, Vereadores, Políticos, ao povo*, Helen Caldararo Nogueira defende a criação de faculdades na cidade, apresentando vários aspectos dos benefícios disso, destacando a possibilidade para o mercado de trabalho feminino.

Permiti, senhores, que vos fale uma forasteira que ama esta Terra como a sua própria terra [...] Prudente tem um sonho, uma aspiração que deve se tornar realidade: uma Escola Superior.[...] Para nossas moças lutemos pela Faculdade de Filosofia. Ela abrirá às nossas meninas, as portas do ensino secundário, carreira mais adequada à mulher.

A FFCL seria criada oficialmente em 17 de setembro de 1957, por decreto do governador Jânio Quadros, mas seria instalada oficialmente, com a designação do diretor, Joaquim Alfredo da Fonseca, em abril de 1958, e sua nomeação em 03/08/1958 quando ela começa a ser instalada. O processo se prolongaria, ainda, em razão das dificuldades, indecisões, inércia do poder público local quanto à obtenção de um prédio para a instituição, vindo a ser inaugurada apenas em 3 de maio de 1959, quase dois anos após sua criação. Em 18/05/1958, página 1, o *Correio da Sorocabana* informou :

[...] as últimas providências da instalação da Faculdade, voltam-se no sentido do aproveitamento do prédio do **Grupo Escolar situado no Bairro do Bosque, em caráter provisório até a construção do seu prédio definitivo em terreno doado nas proximidades do cemitério novo. A prefeitura, em favor dessa medida** (grifo nosso), construiria quatro classes em terreno onde se localiza o 1º Grupo Escolar situado atrás da Igreja Matriz de São Sebastião, regularizando assim o período normal do horário de frequência escolar, cujas aulas alcançam o absurdo de apenas duas horas e meia por dia, por falta de outras condições. (p. 3).

O desejo de uma faculdade de formação de professores caminhava junto com a necessidade de atender à demanda do grupo escolar. A escola mencionada na matéria, é o Grupo Escolar Adolfo Arruda Mello, que sofria com superlotação. Lembremo-nos de que após o demorado processo, da criação do Grupo Escolar Adolfo Arruda Mello, de 1925, até a inauguração do prédio em 1938, os dois outros grupos escolares foram fechados, com transferência dos alunos para o prédio novo. Vinte anos depois da inauguração do tão demorado edifício escolar, a cidade contava apenas com mais uma escola desse nível na região central- o Grupo Escolar do Bosque. É possível constatar, com essas notícias, que tanto no caso da faculdade, quanto no caso das vagas para alfabetização, a falta de vontade política genuína para agir em educação. As conquistas se davam com muita luta e com jogos eleitoreiros.

Assim, muito se cogitou na imprensa sobre onde instalar a FFCL-PP, mas ela começou a funcionar em salas cedidas pelo Colégio Joaquim Murtinho (atual Colégio

Objetivo - rua 15 de Novembro esquina com rua Desbravador Ceará), ali permanecendo até junho de 1959, quando mudou-se para novo prédio construído para as futuras instalações do Grupo Escolar da Vila Liberdade (a atual Escola Municipal Profa. Francisca Almeida Góes Brandão).

Demandas por vagas para alfabetização obrigaram a FFCL-PP a desocupar o prédio, indo, em agosto de 1960, para as dependências do Ginásio Comendador Tannel Abbud, na Vila Marcondes, ficando lá até 1962, tendo que sair, também por necessidade de espaço para abrigar alunos do ginásio, cuja demanda crescia ano a ano.

Problemas jurídicos quanto a túmulos perpétuos impediram que a FFCL-PP conseguisse o terreno do cemitério desativado, na região da Avenida Brasil onde atualmente é o terminal rodoviário.

Um terreno na saída de Alvares Machado (atual terreno da UNESP) tinha sido declarado de utilidade pública pelo Decreto 40.220/1962, a fim de ser desapropriado pela Reitoria da USP. Era um local onde se faziam exposições de animais.¹⁶ O prefeito Luiz Ferraz de Sampaio, determinou que se fizessem ali de dois barracões de madeira, com janelas de vidro, forrado e com assoalho e a FFCPP foi pra lá no segundo semestre de 1963. Além de ser um local muito afastado da cidade, não havia asfalto, nem ruas abertas. A escola funcionou no prédio de madeira por algumas semanas.

Professor Soares Amora, diretor da FFCL de Assis, em visita ao prédio, lembra Carlos Perucci (2004), então aluno do curso de Pedagogia, não gostou das precárias condições da FFCL-PP e expressou, diante dos alunos, o desejo de articular uma saída. A escola foi, ainda em 1963, para o centro da cidade, local da atual agência do Banco Santander do calçadão. Era um prédio de seis andares de uma falida loja de departamentos, o qual passou por algumas modificações e repartições em madeira.

Figura 2 - Prédio de madeira construído no terreno definitivo – Fonte: UNESP -FCT de Presidente Prudente



¹⁶ De fato, o local tornar-se-ia um centro educacional, pois, além do IIES- FFCL de Presidente Prudente, ali se instalaria a Faculdade Municipal de Educação Física, o Senac, o Sesi, o Colégio Adventista, além da antiga Escola Industrial, onde atualmente funciona a Diretoria Regional de Ensino.

Em julho de 1964, foi aberta a concorrência para a construção do prédio da faculdade, com verba inicial de nove milhões de cruzeiros, tendo comparecido apenas uma firma. Só em 1967, quando o diretor era o professor José Ferrari Leite, é que outro projeto mais modesto seria iniciado, conseguindo a construção do primeiro pavilhão. A prefeitura só colaboraria mais tarde, asfaltando a Avenida Manoel Goulart até perto da escola.

Figura 3 - Em 1980, a cidade ainda não havia chegado à faculdade, localizada em região com características rurais - Fonte: FCT-UNESP de Presidente Prudente



Os primeiros cursos oferecidos pela FFCL-PP, Pedagogia e Geografia eram diurnos, bacharelados de três anos, com possibilidade de mais um ano para se obter licenciatura.

O Conselho Federal de Educação havia autorizado os dois cursos em 1962, porém, com as alterações decorrentes da LDB 4024/61, o Conselho Estadual de Educação (CEE) é que deveria fazer o reconhecimento. Como a FFCL-PP tinha sido criada antes da lei que deu essa competência ao CEEE, intaurou-se um “jogo de empurra” sobre que reconheceria a faculdade. Assim, depois de cinco anos de funcionamento, os diplomas ainda não haviam sido expedidos, dificultando a vida profissional dos egressos e a credibilidade da instituição. Apenas em 1965 é que se conseguiria, enfim, o reconhecimento.

Em 1962 foram autorizados os cursos de Matemática e Ciências Sociais, vindo a funcionar em 1963. Em 1968, foi autorizada a Licenciatura em Ciências 1º ciclo. A primeira turma iniciou suas aulas em 28/03/1969.

A resolução do CFE 30/74, determinou mudanças nos cursos, de forma a garantir licenciatura curtas. Assim a FFCL-PP teve de adequar-se. O curso de Matemática – de um ano – passou a ser complementação ao curso de Ciências, de três anos.

Os cursos de Ciências Sociais e de Geografia passaram a ser complementações de um ano ao criado curso de Estudos Sociais, de três anos.

A FFCL-PP oferecia também, desde 1970, as Habilitações em Orientação Educacional, Administração Escolar de 1º e 2º graus, Supervisão Escolar para exercício nas Escolas de 1º e 2º graus, Inspeção Escolar para exercício nas Escolas de 1º e 2º graus, Ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais - todos com duração mínima de 2.200 horas; e Administração Escolar para exercício na escola de 1º grau,

Supervisão Escolar para exercício na escola de 1º grau, Inspeção Escolar para exercício na escola de 1º grau, com duração mínima de 1200 horas.

Foi grande a demanda de diretores de escolas e supervisores para as habilitações, além de professores que lecionavam sem a devida habilitação, nas escolas normais. Muitos alunos de toda a região e de outros estados procuravam a instituição para adequarem-se à lei, que exigia formação em nível superior para funções que antes podiam ser exercidas apenas com o curso normal, de nível médio, seguido de e um curso de aperfeiçoamento.

A instituição solicitou autorização para criar o curso de Ciências no período noturno. A autorização foi dada em 15/01/1975, para uma turma de 40 alunos, condicionando o funcionamento ao não aumento de despesas. A FFCL-PP tinha planos de oferecer, conforme ocorria na Universidade de Campinas (UNICAMP), cursos técnicos relacionados às áreas de seus cursos superiores, mas tais planos foram interrompidos com a criação da UNESP, em 1976.

Assim, quando a FFCL-PP desaparece, para compor um câmpus da recém-criada universidade – UNESP, oferecia seis cursos, com funcionamento diurno e noturno.

Conforme trabalho de Leite (1972), *Alguns aspectos de Presidente Prudente entre 1960-1970*, na 10ª Divisão Regional de Ensino (DRE) de Presidente Prudente, em 1971, apenas 35% dos professores que lecionavam no ensino secundário na região eram habilitados, e esse número era menor, quanto mais distante de Presidente Prudente estivesse o município. Dois capítulos intitulados *Distribuição de professores de Geografia na 10ª Regional de Presidente Prudente* e *Mercado de trabalho para professores de Física, Química e Biologia*, oferecem dados minuciosos que permitem a observação da carência de professores formados nessas áreas, para atender à demanda regional de trabalho com as séries finais dos então denominados primeiro grau e segundo grau.

Apesar desses números que indicavam que a falta de professores para a educação básica ainda não havia se resolvida, o reitor da UNESP, em 1976, ignorando o que deve reger as políticas públicas, e insensível a todos os reclames fartamente registrados pela imprensa local, estava determinado a fechar a unidade de Presidente Prudente, transformando-a em Instituto de Pesquisa Ambiental. A instituição foi reduzida a dois cursos: o de Matemática e o de Geografia, voltando a expandir-se somente no final da década de 1980.

A história da FFCL-PP, bem como a trajetória como unidade da UNESP até final da Ditadura Militar é uma história de lutas, de resistência e de sucesso.

Abreu (1989) lembra que não era fácil atrair profissionais com qualidade e carreira consolidada para morar em Presidente Prudente. Assim, havia muitos professores principiantes e as substituições eram frequentes, pois os professores iam embora assim que encontravam outra oportunidade em local mais próximo da capital. Muitos, porém, se adaptaram e fizeram de Presidente Prudente a sua terra. Trinta dos professores que compuseram o corpo docente ao longo dos anos da FFCL-PP foram professores formados na própria instituição. Muitos também que se formaram na FFCL-PP hoje são professores da UNESP, no câmpus de Presidente Prudente e em outros.

Apesar de não haver, até meados da década de 1970, lei que regulamentasse os programas de pós-graduação, foi significativa a produção científica realizada pelos professores da FFCL-PP durante a sua existência.

Até 1974, 86 professores da FFCL-PP tinham defendido tese de doutorado ou dissertação de mestrado. Muitos desses trabalhos são obras de referência na área de geografia e educação nacional e regional. São apresentados a seguir apenas alguns que, por sua relação direta com o conhecimento da região, ou por sua pertinência com a educação básica.

Também em 1970, o professor Dióres Santos de Abreu defendeu sua tese doutorado na FFCL-PP intitulada *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Esse trabalho é obra de referência para outras pesquisas sobre a região de Presidente Prudente, bem como seu trabalho de Livre-Docência, *Poder político no populismo: Presidente Prudente (SP) 1928-1959*, de 1982, também defendido na UNESP de Presidente Prudente. Foi também em 1970, que o professor José Ferrari Leite defendeu sua tese de doutorado, FFCL-PP, intitulada *A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente*, outra importante obra de referência para pesquisas sobre a região e sobre a dinâmica de ocupação do espaço das regiões brasileiras no século XX.

Em 1973, José Martin Suarez defendeu, na FFCL-PP, a tese de doutorado *Contribuição à geologia do extremo oeste de São Paulo*, pesquisa de campo desenvolvida na região de Presidente Prudente. Outra tese defendida em 1973, “*Bóia –Fria*” na *Alta Sorocabana*, de Maria Conceição D’Incao, na FFCL-PP, que depois seria publicada em livro, foi marco na história da pesquisa em Presidente Prudente. Tratando do êxodo rural na região, o excedente de mão de obra e a consequente depreciação dos salários pagos à força de trabalho, um delicado problema que a pesquisadora denunciou e incomodou o coronelismo local. Com base teórica de Marx e Engels, além de outros teóricos *proibidos* pela Ditadura Militar, os exemplares seriam recolhidos da biblioteca da faculdade e queimados, salvando-se alguns exemplares porque funcionários, intencionalmente, os esconderam¹⁷.

Em 1959, ingressaram 33 alunos da seção de Pedagogia e 20 na de Geografia ingressaram. Como o vestibular era eliminatório, as vagas não eram todas preenchidas, mesmo com até três processos seletivos. Isso mudaria com o fim do vestibular eliminatório. Muitos alunos que ingressavam, pediam transferências para outras instituições privadas que iam sendo criadas, quando sentiam as dificuldades para acompanhar o curso. Havia, também, pedidos de transferências de alunos para a USP, sobretudo no último ano, por saberem que o diploma da USP ser mais valorizado. Muitos, depois, voltavam como professores.

A demanda para os cursos da FFCL-PP continuou grande, mesmo com a criação de várias instituições privadas na região, pois, em razão a carga horária maior, os candidatos a acreditavam que teriam mais chances de aprovação em concursos, outra razão é que não era pago.

Segundo notícia do jornal O Estado de S. Paulo (15/02/1976, p. 3), a reprova no concurso para professores de ensino primário da Secretaria da Educação, naquele ano, tinha ficado acima de 70%. Enquanto isso, os alunos egressos da FFCL-PP que prestaram o concurso, obtiveram alto índice de aprovação. (HORIMOTO, 2003). Nos resultados publicados no Diário Oficial, eles apareciam bem classificados, e também em concursos do Paraná, do Mato Grosso.

¹⁷ Wilson Marques conseguiu esconder na roupa dois exemplares que depois seriam lidos por várias pessoas a quem ele emprestava.

Abreu (1989, p. 93) ao mencionar os alunos formados na FFCL-PP também afirma que dezenas de profissionais formados pelos cursos da faculdade ingressavam, por concurso público, no magistério público oficial de 1º e 2º graus, na administração escolar, nas universidades públicas e particulares e nos quadros técnicos de órgãos públicos ou de empresas privadas.

Apesar disso, a polícia, dentro das determinações da Ditadura Militar, estava sempre vigiando a instituição e o movimento de alunos e professores, fazia vistorias no Centro Acadêmico a procura de material subversivo.

Segundo Abreu (1989) a formação de um alunado crítico, objetivo importante da instituição, ficou patente nas participações deles, verificando-se, muitas vezes, melhor preparo de alguns alunos do que de alguns professores para repensar criticamente a situação nacional e escolar.

A matéria publicada em *O Estado de São Paulo* (24/05/1975, p. 16), intitulada *Presidente condena ação política em estudantes*, traz palavras do Presidente da República Ernesto Geisel que sintetizam o cotidiano do FFCL-PP e de outras instituições de ensino superior do país, naqueles anos. Ele diz: “O que eu acho errado é que muitos querem levar a política para dentro das universidades, aproveitando o idealismo dos jovens como frente de pressão, para fins sempre espúrios”.

Assim, o fechamento de cursos e de instituições como a FFCL-PP, que tão grande serviço prestavam à educação da cidade, da região do país, fazia parte do plano de coibir a força de luta de professores e alunos, que, mesmo em situações sempre adversas, que havia feito da FFCL-PP uma instituição respeitada. A mesma força que resistiu à crise da extinção de cursos, ao clima de terror que se instalou no cotidiano, nos anos seguintes e construiu o que hoje é a FCT-UNESP de Presidente Prudente, campus que se destaca, notadamente, em seus cursos de formação de professores, a mesma razão de criação da FFCL-PP, em 1959, e sua principal vocação atual.

A melhor resposta que aqueles pioneiros do ensino superior de Presidente Prudente e região puderam dar ao castigo que lhes foi imposto pelo autoritarismo do governo foi esta: a importante universidade, que se destaca como formadora de professores, tem sua grandeza feita por muitos daqueles mesmos professores de licenciaturas que, resistindo à crise, à perseguição, decidiram produzir, dentro das condições que lhes eram oferecidas, e tornar as promessas vãs do primeiro reitor da UNESP uma realidade.

Suas fronteiras, quando a instituição significava apenas um sonho, eram muito aquém de onde firmaria suas estacas em dezessete anos. Pensava-se em uma faculdade para Presidente Prudente, porque se as outras cidades de porte médio do interior paulista também possuíam uma, e Presidente Prudente não podia ficar para trás.

A instituição cresceu em tamanho e principalmente em qualidade, rompendo as fronteiras dos preconceitos que sofriam as longínquas regiões do interior paulista, tanto que, em 1976, tornou-se o centro de resistência, lutando pela manutenção de seus cursos e dos cursos de todas as outras faculdades de filosofia do interior paulista, tendo os intelectuais da USP como companheiros de luta.

Considerações finais

Consideramos que as histórias acima se entrecruzaram na similaridade de desafios e dificuldades de condições de materialidade e da manutenção de suas sedes, cursos, docentes e funcionários ao longo do tempo. Destacamos a resistência e organização por parte da comunidade prudentina, seja através da imprensa, de boletins, de reuniões em agremiações, entre outros para mantê-las em tempos distintos.

Os grupos escolares em todo o Brasil tiveram a responsabilidade pela divulgação da escola graduada em todo o país, ganhando destaque no cenário educacional como modelos educacionais destinados à escola primária. Dentro da realidade urbana de Presidente Prudente, cidade recém fundada, o primeiro grupo escolar foi a representação de ensino que não apenas regulou o comportamento dos educadores e educandos, como acrescentou valores e normas sociais à cidade.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente em seus 17 anos de existência, foi influenciada e exerceu influência sobre a Região de Presidente Prudente, numa relação de reciprocidade permanente, formando profissionais com excelente preparo técnico e espírito crítico.

No vai e vem do resgate local e regional, em diálogo com o contexto estadual e brasileiro, observamos que os estudos regionais permitem não somente conhecer o particular, mas também a conjuntura e a realidade em escala mais ampla. A Faculdade também forneceu elementos para a interpretação da educação básica no município e região, uma vez que todos os cursos da antiga FFCL habilitavam para o trabalho neste nível de ensino.

Assim, estudar esses níveis fundantes de ensinios (básico e superior) permitiram-nos aberturas a estudos comparativos, a observação da lealdade das elites na configuração de lutas políticas e o entendimento de que a história regional tem características, a um só tempo, particulares e universais. Demostramos com este artigo apenas um pequeno grão de areia nessa significação universal. As críticas e interlocuções serão bem vindas.

Referências

- ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Tecnologia, 1972.
- _____. **Poder político local no populismo: Presidente Prudente, 1928-1959**. 1982. 350f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Presidente Prudente.
- _____. Uma contribuição para a História da UNESP. **História**. São Paulo, (8), 1989, p. 87-100.
- A tragédia do ensino. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 fev.1976, p. 3.
- AS promessas... **A Voz do Povo**, Presidente Prudente, 05 mai. 1929.
- AS últimas providências da instalação da Faculdade. **Correio da Sorocabana**, Presidente Prudente, 18 mai. 1958, p. 1.
- BISPADO e Faculdade, duas campanhas de inegáveis méritos. **A Voz do Povo**, Presidente Prudente, 18 mai. 1958.

BOTO, Carlota. História, Ideias e Trajetórias da Cultura Escolar: um desafio metodológico. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 59-79.

CARTA Aberta ao Sr Prefeito, Vereadores, Políticos, ao povo. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 31 jan. 1956, p. 3.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. **Para preparar a mocidade...** Fragmentos de memórias na história da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara: 1923-1976. São Paulo: UNESP, 1998.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporária: o ensino superior da Colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro, 1980.

D'INCAO, Maria Conceição. **O “Bóia-Fria” na Alta Sorocabana**. 1973. 192f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Presidente Prudente.

DO exposto... **Correio da Sorocabana**, Presidente Prudente, 04 ago. 1957, p. 1.

DR. Romeu Leão Cavalcante. **Folha da Sorocabana**, Presidente Prudente, 31 dez. 1933.

EM fim de 1924 Presidente Prudente possuía inicialmente as Escolas Reunidas. **Folha da Sorocabana**, Presidente Prudente, 03 mai. 1931.

ENTREVISTADO o prof. David Serra congressista no 1º Congresso estadual de educação em Ribeirão. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 02 set. 1957, p.10.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo, 1958.

GOULART, Francisco de Paula. **Bandeirante do Século XX**— Fundação de Presidente Prudente narrada pelo Fundador - 1917-1967. Caxias do Sul: Gráfica São Paulo das Edições Paulinas, 1967.

GRUPO ESCOLAR Prof. Adolpho Arruda Mello: 50 anos e uma história. Presidente Prudente: Editora Imprensa, 1975. Revista Comemorativa.

GRUPO Escolar. **A Voz do Povo**, Presidente Prudente, 08 jan. 1928.

HORIMOTO, Maria Kimie Koyanagi. Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Presidente Prudente, 08/01/2003.

LEITE, José Ferrari. **A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCL de Presidente Prudente, 1972.

LIMA, Eunice Ladeia Guimarães. **O Instituto Isolado de Ensino Superior de Presidente Prudente- Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (1959-1976): Uma instituição além das fronteiras**. 2005. 369f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade Estadual Paulista, Marília.

_____; RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente (1959-1976): gênese da FCT-Unesp**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MARIANO, Jorge Luís Mazzeo. **A implantação da escola primária graduada em Presidente Prudente-SP: as contribuições das professoras primárias (1925-1938)**. 2011. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

_____. **Primeiro Grupo Escolar de Presidente Prudente: o contributo das professoras primárias (1925-1938)**. Curitiba: CRV, 2013.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? **Proj. História**, São Paulo, (14), p. 25-39, fev. 1997.

PRESIDENTE condena ação política em universidade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 mai. 1975, p. 16.

PRESIDENTE Prudente. Um pouco de estatística demographica. **A Voz do Povo**, Presidente Prudente, 29 jan. 1927.

Relatório de Inspeção Sanitária da Delegacia Regional do Ensino de Presidente Prudente, 1935.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **Subsídios para a história da educação em Presidente Prudente**: as primeiras instituições escolares. São Paulo:Clíper, 1999.

RIBEIRO, Maria Luiza Formosinho et. al. Grupo Escolar. **A Voz do Povo**, Presidente Prudente, 23 dez. 1926.

SÃO PAULO (Estado). **Anuario do Ensino do Estado de São Paulo**. São Paulo: Diretoria do Ensino, 1936/37, 732 p.

SOUZA, Rosa Fátima de Souza. **Alicerces da Pátria**: escola primária e cultura escolar no Estado de São Paulo (1890-1976). Tese (Livre Docência). 2006. 367 f. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da. Depoimento oral concedido a Eunice Ladeia Guimarães Lima. Marília, 03/01/2003.

SUÁREZ, José Martin. **Contribuição à geologia do extremo oeste do estado de São Paulo**. 1973. 91f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Presidente Prudente.

Recebido em novembro de 2014

Aprovado em fevereiro de 2015